

15. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO IN LOCO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, protocolo que tem como objeto a regulação do apoio do Município à In Loco e a definição das condições de colaboração entre as partes, para a manutenção da RAP, bem como a definição dos termos gerais de funcionamento e financiamento desta, documento que se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricada por todos os membros presentes na reunião.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Rede de Autarquias Participativas

Preâmbulo

O Município de Braga e a Associação In Loco, consideram de grande interesse para a prossecução dos objetivos da Rede de Autarquias Participativas, adiante referida como RAP, o estabelecimento de uma estreita cooperação entre as duas instituições;

A RAP é a primeira estrutura colaborativa em Portugal destinada a congregar as autarquias comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local. Foi criada no âmbito do projeto Portugal Participa, financiado pelo fundo monetário europeu EEA Grants e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian através do programa Cidadania Ativa. A Associação In Loco, enquanto entidade coordenadora do projeto, esteve envolvida em todos os momentos da rede e involucrada na gestão da mesma. A sua vasta experiência e conhecimento em áreas como a participação cidadã e a democracia participativa, assim como no trabalho com as autarquias portuguesas, colocam-na numa posição privilegiada para garantir a prossecução da rede.

Nestes termos, conforme deliberação do Executivo Municipal de Braga, e, de acordo com o disposto nas alíneas o, r, e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, entre

O Município de Braga, com sede em Braga, representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, enquanto Presidente, adiante designado Município,

e

A Associação In Loco, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 101, 8150-101 São Brás de Alportel, pessoa coletiva n.º 502 091 835, representada por Nelson Dias, enquanto Presidente da Direção, adiante designada In loco,

É celebrado protocolo de colaboração, cujas condições constam das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

(Objeto)

1. Constitui objecto do presente protocolo a regulação do apoio do Município à In Loco e a definição das condições de colaboração entre as partes, para a manutenção da RAP, bem como, a definição dos termos gerais de funcionamento e financiamento desta.
2. A RAP é uma estrutura colaborativa que congrega as autarquias portuguesas comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local, à qual o Município adere, e tem como objetivos:
 - a. Promover a democracia participativa a nível local, assegurando o envolvimento dos eleitos, dos técnicos e dos cidadãos;
 - b. Facilitar a troca de experiências, fortalecendo as práticas em curso e ampliando a novos mecanismos de envolvimento dos cidadãos na gestão pública nas autarquias;
 - c. Promover a capacitação dos diversos atores envolvidos nos processos participativos;
 - d. Criar, alimentar e divulgar um sistema de informação atualizada sobre os mecanismos de democracia participativa no país;
 - e. Reforçar a gestão pública transparente, assegurando a produção de informação de fácil utilização e a compreensão por parte de todos os cidadãos;
 - f. Ampliar a Rede através da incorporação progressiva de novas autarquias comprometidas com a democracia participativa;
 - g. Estabelecer intercâmbio com organizações, tais como ONG, universidades e outras entidades comprometidas com estas matérias;
 - h. Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novos mecanismos e divulgando as práticas desenvolvidas em Portugal.

CLÁUSULA 2ª

(Cooperação)

As partes comprometem-se, na medida das suas possibilidades, a promover, incentivar e desenvolver ações de colaboração, visando a defesa dos interesses da RAP, assumindo o compromisso de trabalhar para a concretização dos seus objetivos, de acordo com as opções estratégicas tomadas, possibilidades e prioridades definidas.

CLÁUSULA 3ª

(Obrigações do Município)

1. O Município concederá à In Loco um apoio de € 950,00 (novecentos e cinquenta euros), destinado à concretização de ações no âmbito da RAP, para o período de 1 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2017, que não poderá ser utilizado para outros fins.
2. O valor do apoio definido apenas poderá ser alterado por mútuo acordo das partes.

CLÁUSULA 4ª

(Obrigações da In Loco)

A In Loco garantirá o secretariado técnico da RAP, disponibilizando os necessários meios humanos e materiais, sendo sua obrigação:

- a. Disponibilizar uma equipa técnica e de formação;
- b. Informar sobre as ações, os progressos e os trabalhos desenvolvidos;
- c. Contribuir para a promoção e desenvolvimento das ações da RAP;
- d. Respeitar as deliberações e diretrizes da Presidência da RAP e dos seus membros efetivos;
- e. Tomar parte ativa nas Assembleias, reuniões e/ ou outras iniciativas da RAP;
- f. Exercer com zelo, dedicação e eficiência o cargo para que foi designada;
- g. Promover e gerir todas as fases para eleição da Presidência;
- h. Ser entidade coordenadora da RAP, trabalhando em estreita colaboração com a Presidência e todos os membros;
- i. Propor e dinamizar um plano de atividades anual da RAP;
- j. Propor a admissão de novos membros ou protocolos de colaboração.

CLÁUSULA 5ª

(Estrutura e funcionamento da RAP)

1. Por decisão dos seus membros, a RAP constitui-se como uma plataforma de colaboração, com uma estrutura composta por:
 - a. Presidência, formada por um Presidente e dois Vice-Presidentes eleitos pelos membros efetivos, por mandatos de 12 meses (salvo necessidade de adaptação ao calendário eleitoral, onde excepcionalmente se mantém por 18 meses);
 - b. Assembleia de Membros Efetivos, constituída por todas as autarquias formalmente aderentes;
 - c. Secretaria Técnica, a cargo da In Loco;
 - d. Membros Associados, correspondentes a outras entidades que pretendam colaborar com a RAP como redes análogas, empresas, organizações, universidades e outras.
2. Os moldes nos quais funcionarão estas estruturas são decididos em colaboração e de comum acordo entre os Membros Efetivos da RAP.
3. A admissão de novos membros à RAP está sujeita à manifestação de interesse por parte das autarquias e à concordância com os termos definidos no presente Protocolo de Colaboração.
4. O processo de adesão não tem data definida pelo que se encontra permanentemente aberto.
5. A RAP vigorará até 31 de dezembro de 2017, salvo decisão em contrário dos seus membros, em conformidade com o disposto no nº 1 da cláusula 8ª.

CLÁUSULA 6ª

(Direitos dos membros efetivos da RAP)

Constituem direitos dos membros efetivos:

- a. Participar em todas as ações da RAP;
- b. Partilhar contributos para o possível desenvolvimento de ações;
- c. Auferir de todos os benefícios e serviços proporcionados nas condições que forem estabelecidas;
- d. Candidatar-se e votar para constituição da Presidência;

- e. Participar nas Assembleias, reuniões para que forem convocados e/ou noutras iniciativas para deliberar sobre a RAP;
- f. Propor a admissão de novos membros ou protocolos de colaboração;
- g. Ser informado sobre as atividades da RAP, os progressos realizados e custos associados;
- h. Candidatar-se ao Prémio de Boas Práticas de Participação.

CLÁUSULA 7ª

(Deveres dos membros efetivos da RAP)

1. Constituem deveres dos membros efetivos:

- a. Contribuir para a promoção e desenvolvimento das ações da RAP;
- b. Trabalhar na defesa dos interesses da RAP, colaborando nas ações necessárias para boa prossecução dos seus objetivos.
- c. Contribuir com o pagamento de um apoio financeiro ou outros, se assim for deliberado pelos membros;
- d. Respeitar as deliberações da Assembleia de Membros e da Presidência;
- e. Exercer com zelo, dedicação e eficiência as funções para que forem eleitos ou designados.

CLÁUSULA 8.ª

(Vigência, revisão e rescisão)

- 1. O presente Protocolo é válido pelo período de 17 meses, compreendidos entre 1 de agosto de 2016 e 31 de dezembro de 2017, podendo no final as partes, mediante avaliação da atividade da RAP e ponderação da utilidade da sua continuidade, proceder a novo protocolo, no qual ficará definido, eventual novo apoio.
- 2. Durante a vigência do protocolo poderão ser-lhe introduzidas alterações, totais ou parciais, mediante acordo escrito e assinado pelas partes envolvidas.
- 3. Qualquer das partes poderá denunciar ao presente protocolo caso ocorram factos que o

justifiquem, nomeadamente a falta de cumprimento dos termos acordados.

4. Caso a denúncia ocorra por falta de cumprimento pela In Loco, deverá ter lugar, se o Município assim o entender, a devolução do apoio ou de parte do mesmo.
5. A denúncia de uma das partes deverá ser efetuada por escrito e entregue em mão, ou enviada por correio registado com aviso de receção, fax ou correio eletrónico com recibo de leitura para os endereços das partes indicados na Cláusula 2ª ou para outro que qualquer das partes venha, por escrito, indicar às restantes.
6. A rescisão poderá ainda acontecer mediante mútuo acordo, devendo este constar de documento escrito e assinado pelas partes.

CLÁUSULA 9.ª

(Acordo único, invalidade e integração de lacunas)

1. O disposto no presente Protocolo prevalece sobre as declarações das partes eventualmente prestadas em quaisquer outros documentos ou durante a fase das negociações, consistindo assim no único documento vinculativo para as partes no que respeita ao objeto do presente Protocolo.
2. A invalidade ou ineficácia de alguma das disposições deste Protocolo ou a eventual deteção de lacunas não afetará, na parte que não se encontre viciada, a subsistência e a validade do mesmo.
3. Em substituição das disposições viciadas e no preenchimento das lacunas eventualmente detetadas, serão aplicáveis as normas jurídicas que melhor se conformem com a vontade das partes expressa no presente Protocolo ou com a vontade que estas teriam tido, de acordo com o fim, o sentido e o equilíbrio do presente Protocolo, se tivessem contemplado o caso omissio.

O presente protocolo de colaboração comum é feito em dois exemplares, valendo todos como originais, os quais vão ser rubricados e assinados pelas partes, sendo um exemplar entregue a cada uma delas.



[Local], [dia] de [mês] de 2016.

Câmara Municipal de Braga

Associação In Loco

Ricardo Rio

Nelson Dias